



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.4/2003 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2003**

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU João Manuel Rato Proença e Sr. Vicente Manuel Ameixa Ermitão, que ao abrigo do art.º.78 do Dec-Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei N.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro, é substituto do vereador eleito pela CDU Joaquim José Serra Silva (conforme ofício enviado por este) que se encontra ausente durante o período de 10 de Fevereiro/03 a 05 de Março/03, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Durante o período acima referido, o vereador substituto do vereador Joaquim José Serra Silva será então o vereador Vicente Manuel Ameixa Ermitão que, hoje, tomou posse e, declarou cumprir com lealdade as funções que lhe são confiadas.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia dezoito de Fevereiro de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **481.317,08** (quatrocentos e oitenta e um mil trezentos e dezassete euros e oito cêntimos).-----

-----Ponto 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente deu início à reunião, perguntando ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, João Proença, referindo que seria oportuno que, hoje, fosse reforçada a posição tomada na última reunião de Câmara, neste mesmo período, sobre a possível agressão militar dos Estados Unidos da América ao Iraque, tendo em conta os últimos desenvolvimentos e as grandes manifestações que se desenvolveram no último fim-de-semana, praticamente por todo o mundo. Considera, assim, que a Câmara tome de novo posição, através de uma Moção que não tem elaborada, mas que poderia ser elaborada pelo Gabinete de Informação.----
Todo o executivo concordou que a sugestão do vereador João Proença, no sentido de reforçar a posição tomada em reunião de Câmara de dia 5/02/03, pelo que foi elaborada e presente uma Moção (que ficará anexa a esta acta) que depois de lida e analisada **foi deliberado, por unanimidade, a sua aprovação**, bem como enviada para: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ANMP, AMDE, Assembleia Municipal de Borba, Conselho Português para a Paz e Cooperação, Embaixada dos Estados Unidos, Embaixada do Iraque e Comunicação Social local, regional e nacional.-----

Ponto 1.2 – Alteração à Ordem do Dia-----

Por proposta do Sr. Presidente, **foi deliberado, por unanimidade**, alterar a Ordem do Dia de modo a incluir o seguinte Ponto: “Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Águas”. Com esta inclusão, o ponto 2.10 (Actividades da Câmara) passará a 2.11.-----

Ponto 2. ORDEM DO DIA -----

Assim, a Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº 2/2003-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Bolsas de Estudo para o ano lectivo de 2002/2003-----

Ponto 2.4 – Venda de Lotes Habitacionais destinados a habitação própria e permanente de jovens:-----

a) Abertura de Concurso Limitado-----

b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas-----

Ponto 2.5 – Plano de Sinalização Turística Concelhia-----

Ponto 2.6 – Atribuição de Subsídio-----

Ponto 2.7 – Protocolo de Colaboração com a Associação Monte –
Desenvolvimento Alentejo Central, ACE-----
Ponto 2.8 – Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração
Limitada-----
Ponto 2.9 – Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas/2003-----
Ponto 2.10 – Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço
de Abastecimento de Águas-----
Ponto 2.11 – Actividades da Câmara-----

Ponto 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº.2/2003-----

Previamente distribuída por todo o executivo, **foi deliberado, por maioria, aprovar a Acta Nº. 2/2003.** Absteve-se o vereador Vicente Manuel Ameixa Ermitão, substituto do vereador eleito pela CDU, Joaquim José Serra Silva, durante o período de 10 de Fevereiro/03 a 05 de Março/03.-----

Ponto 2.2 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal, tomou as seguintes deliberações:---

a) Reformulação de processo RECRIA -----

Processo: **03/01 -----**

Requerente: **Câmara Municipal de Borba -----**

Proprietários: Américo Arnaldo Falcato e Vitor Avelino Falcato -----

Inquilinos: Maria Cândida Carvalho Torres -----

Morada: Av. Bombeiros Voluntários, n.º 58 - Borba-----

Local: Av. Bombeiros Voluntários, n.º 58 - Borba -----

Comparticipação do IGAPHE – **2.914.06 € -----**

Comparticipação da CMB – **1.942.71 € -----**

O orçamento inicial foi de 6.795.94 € sendo acrescido de 819.00 € respeitante a trabalhos a mais, e ligação ao ramal de esgoto cujo custo é de 981.21 € conforme informação técnica. Para efeitos de reformulação do processo RECRIA o valor total das obras é de 8.596.15 € -----

O processo acima referido foi presente na última reunião de Câmara. Contudo, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, sugeriu que não fosse tomada nenhuma decisão enquanto não fosse verificado se a Av. dos Bombeiros Voluntários estava integrada na Candidatura do “Projecto de Remodelação e Redimensionamento da Rede de Águas Residuais para a Rua de S. Francisco”.-----

Assim, e após consultado o referido projecto, está presente a informação técnica que refere o seguinte: “Na sequência da informação sobre reformulação do processo recria n.º3/2001 e inclusão de trabalhos a mais, onde consta também a ligação do ramal de esgoto, e tendo surgido dúvidas sobre a integração da Av. Bombeiros Voluntários, no projecto de remodelação e redimensionamento da rede de águas residuais para a Rua de S. Francisco, acrescenta-se que o traçado da rede de esgotos em causa não vai sofrer alterações, conforme consta das medições/orçamento e desenho correspondente do traçado proposto”-----

Pelo exposto, foi deliberado, por unanimidade aprovar a reformulação do processo, bem como os referidos trabalhos a mais, cujo valor total das obras corresponde a 8.596.15 €.-----

b) Loteamento Horta do Rossio – Borprojecto Ldª. - Caducidade de Alvará de Loteamento n.º.1/2000-----

As obras de urbanização do loteamento da Horta do Rossio – Borprojecto Ldª., não foram executadas dentro do prazo estabelecido, sendo que o alvará de licença de construção n.º 39/2000, caducou em 17/02/01, visto o mesmo ter a validade de 1 ano. Assim, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 38º do Decreto-lei n.º 448/91 de 29 de Novembro, alterado pelo Decreto–Lei n.º 334/95 de 28 de Dezembro **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do Alvará de Loteamento n.º 1/2000.**-----

Relativamente a este loteamento, o vereador eleito pela CDU, João Proença, perguntou se o executivo já tinha mais alguma informação para apresentar. O vereador do pelouro das obras, Artur Pombeiro, informou que além desta questão que acabou de ser aprovada, poderá ainda acrescentar que a Câmara recebeu uma carta da Borprojecto propondo a que a Câmara proceda à conclusão do loteamento em troca da entrega de lotes. Na sequência dessa carta já foi feito um levantamento de tudo o que existe concluído e por concluir, bem como um orçamento das infraestruturas que estão por concluir. Neste momento, falta proceder a uma avaliação dos lotes, em que a Câmara terá que indicar dois (2) técnicos, e o promotor do loteamento um (1) para fazerem essa avaliação e para que se possa verificar se existe acordo entre eles.-----

O vereador esclareceu tratar-se apenas de uma intenção, não existindo ainda qualquer tipo de negociação. No entanto, uma vez que o promotor do loteamento não tem meios financeiros para concluir o loteamento, após a avaliação dos lotes, poderá haver uma negociação caso seja do interesse da Câmara.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, João Proença, referindo que concorda que seja a Câmara a dirigir este processo. O promotor sempre

tem feito a proposta de entregar lotes à Câmara a troco de infraestruturas feitas por esta. Por isso, entende que o processo deve ser invertido, isto é, deve ser a Câmara a realizar as infraestruturas. Concorde com o que foi dito pelo vereador Artur Pombeiro, pois também no seu entendimento deverá ser a Câmara a dirigir e a dar continuidade a todo o processo, podendo até introduzir algumas melhorias naquele loteamento.-----

Ponto 2.3 – BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LECTIVO DE 2002/2003-----

De acordo com o Regulamento de Atribuição de Bolsas em vigor na Câmara Municipal de Borba, foram avaliadas as seguintes candidaturas referentes a Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, ficando os candidatos ordenados de acordo com a seguinte lista:-----

1. ATRIBUIÇÃO DE NOVAS BOLSAS DE ESTUDO-----

- 1 - Vânia Isabel Aires Coxixo-----
- 2 - Vânia Cristina Vivas Simões-----
- 3 - Patricia da Conceição Maltinha Pancadista-----
- 4 - Vera Lucia Alves Solas-----
- 5 - Ana Margarida Lopes Padre Eterno-----
- 6 - Ana Cristina Freire Botas-----
- 7 - António Vicente Trindade Panasco-----
- 8 - Maria da Glória Respeita Canelhas Panasco-----
- 9 - Ana Isabel Rebola Caeiro-----
- 10 - Dionisio Paulo Lemos De Oliveira-----
- 11 - Januário da Conceição Pereira Cardoso-----
- 12 - Nuno Miguel Pinto Panasco-----
- 13 - Rui Miguel Lopes Bábáu-----
- 14 - Cátia Sofia Ferrão Ganito-----
- 15 - Edgar André Afonso Boleta-----
- 16 - Alice Conceição Alpalhão Sousa-----

A candidata **Ângela Maria Pedreiro Silveira**, prescindiu de uma possível Bolsa que lhe fosse atribuída pela Câmara Municipal de Borba, uma vez que recebe Bolsa dos Serviços de Acção Social da Universidade de Évora.-

Assim, estão em condições de lhe ser atribuída uma Bolsa de Estudo os alunos que se encontram nos três primeiros lugares da lista, que são:-----

- 1 - Vânia Isabel Aires Coxixo-----
- 2 - Vânia Cristina Vivas Simões-----
- 3 - Patricia da Conceição Maltinha Pancadista-----

2. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-----

Estão em condições de ser renovadas as Bolsas referentes aos seguintes alunos:-----

- . Carla Dolores Mendes Latas-----
- . Pedro Miguel Carola Espanhol-----
- . Vera de Lurdes Silveira Germano-----
- . Luis Carlos Pêgo Cristo-----
- . Maria De Fátima Rosinha Simões-----
- . Inês Martins Aires Pereira-----

As Bolsas de Estudo têm a duração de dez meses (Outubro a Julho), sendo o seu valor mensal de 87.79 euros de Outubro a Dezembro e de 91,30 euros de Janeiro a Julho.-----

Relativamente à questão das Bolsas de Estudo, o vereador Vicente Ermitão perguntou se o critério adoptado é feito de acordo com a avaliação do agregado familiar, tendo sido respondido pelo vereador Humberto Ratado que a avaliação é feita mediante a apresentação de uma declaração de rendimentos do agregado familiar que após avaliada é feita uma selecção.--

Analisadas as propostas, passou-se de seguida à sua votação. Assim, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade:-----

A atribuição de novas Bolsas de Estudo a:-----

- . Vânia Isabel Aires Coxixo-----
- . Vânia Cristina Vivas Simões-----
- . Patricia da Conceição Maltinha Pancadista-----

A renovação de Bolsas de Estudo a:-----

- . Carla Dolores Mendes Latas-----
- . Pedro Miguel Carola Espanhol-----
- . Vera de Lurdes Silveira Germano-----
- . Luis Carlos Pêgo Cristo-----
- . Maria De Fátima Rosinha Simões-----
- . Inês Martins Aires Pereira-----

Ponto 2.4 – VENDA DE LOTES HABITACIONAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DE JOVENS:-----

a) Abertura de Concurso Limitado-----

O Sr. Presidente esclareceu que não foi possível equacionar a hipótese

apresentada na reunião de Câmara de dia 22/01/03, de que os jovens deveriam concorrer em primeiro lugar a todos os lotes disponíveis, porque de acordo com o regulamento não é possível, ou seja, tem que ser a Câmara a determinar os lotes. A única hipótese que se poderia colocar seria a de uma alteração ao regulamento, no entanto já houve vários jovens que manifestaram interesse, na compra de lotes, e foi esta uma das razões que deu origem á proposta hoje apresentada.-----

Daí, os lotes que vão ser postos a concurso são aqueles que, tal como já tinha sido referido anteriormente, apresentam um valor de adjudicação mais baixo.-----

Acrescentou ainda o Sr. Presidente, que esta foi a melhor forma que se encontrou para poder dar uma resposta mais rápida. Ao mesmo tempo, este critério vai servir também de experiência, e se posteriormente se concluir que não foi o melhor, poderá então proceder-se a uma alteração ao regulamento e proceder da outra forma.-----

O vereador eleito pela CDU, João Proença perguntou com que base foi calculado o valor da adjudicação. Respondeu o Sr. Presidente que foi calculado com base no mesmo critério de avaliação que se seguiu nas primeiras hastas públicas.-----

Perguntou também o vereador Vicente Ermitão se o valor de adjudicação que é proposto já tem incluída a bonificação, e porque razão os lotes sites no Loteamento do Barro Branco são mais caros que os dos outros dois loteamentos. O Sr. Presidente respondeu que já estão incluídos os 30% de bonificação. Quanto à questão dos lotes do Barro Branco serem mais caros, certamente esse valor foi calculado de acordo com a avaliação que foi feita e, naturalmente, com os preços dos terrenos.-----

Assim, e tendo em conta o Regulamento para venda de Lotes Habitacionais para Jovens, propõe-se a abertura de Concurso Limitado para apresentação de Candidaturas, para venda dos seguintes lotes de terreno:-----

Loteamento Habitacional da Nave – Nora-----

| Lote n.º | Área (m ²) | N.º de Pisos | Utilização | Valor da adjudicação |
|----------|------------------------|--------------|-----------------------|----------------------|
| 2.2 | 198.00 | 2 | Habitação Unifamiliar | 9.800 € |
| 2.3 | 198.00 | 2 | Habitação Unifamiliar | 9.800 € |

Loteamento Habitacional da Senhora da Vitória – Barro Branco-----

| Lote n.º | Área (m ²) | N.º de Pisos | Utilização | Valor da adjudicação |
|----------|------------------------|--------------|------------|----------------------|
|----------|------------------------|--------------|------------|----------------------|

| | | | | |
|----|--------|---|-----------------------|----------|
| 16 | 166.50 | 2 | Habitação Unifamiliar | 11.900 € |
| 17 | 166.50 | 2 | Habitação Unifamiliar | 11.900 € |

Loteamento Habitacional do Forno – Orada-----

| Lote n.º | Área (m ²) | N.º de Pisos | Utilização | Base de Licitação |
|----------|------------------------|--------------|-----------------------|-------------------|
| 22 | 227.5 | 1.5 | Habitação Unifamiliar | 9.800 € |
| 23 | 227.5 | 1.5 | Habitação Unifamiliar | 9.800 € |
| 24 | 227.5 | 1.5 | Habitação Unifamiliar | 9.800 € |

Analisada a proposta, foi a mesma colocada à votação, tendo sido **deliberado por maioria** (com três votos a favor e dois votos contra) proceder á abertura de Concurso Limitado para apresentação de Candidaturas, para venda dos lotes de terreno acima referidos:-----

Votaram contra, os vereadores eleitos pela CDU que justificaram este sentido de voto: Assim, referiu o vereador João Proença que votou contra por não ser dada a possibilidade aos jovens de se candidatarem a todos os lotes disponíveis em cada loteamento, e também por considerar que a base de cálculo de adjudicação não é a adequada neste tipo de loteamentos.-----

O Vereador Vicente Ermitão votou contra por considerar que, tratando-se de loteamentos rurais, o valor dos lotes é ainda um pouco elevado.-----

b) Nomeação da Comissão de Avaliação das Candidaturas-----

Para o efeito, **foi ainda deliberado, por maioria**, com três votos a favor e dois votos contra, nomear a seguinte Comissão de Avaliação das Candidaturas:-----

. Marcelina de Jesus Gazimba Godinho Rosado Mendanha – Chefe de Divisão-----

. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro – Economista-----

. Paulo Alexandre Pereira Massas – Técnico Profissional de 1ª Classe-----

Ponto 2.5 – PLANO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA CONCELHIA-----

Presentes as propostas finais referentes à instalação do sistema de

sinalização urbana e concelhia.-----

Relativamente a este ponto o vereador Humberto Ratado esclareceu o seguinte: Numa reunião com a Região de Turismo de Évora foi transmitido que o Plano de Sinalização Turística da Vila de Borba e de mais duas ou três Câmaras já estava concluído e aprovado. Mais tarde constatou-se que havia muitas Câmaras que ainda nem sequer tinham iniciado o processo. Colocou-se então a hipótese das Câmaras que tinham o Plano concluído poderem avançar. Contudo, em reuniões com a Região de Turismo de Évora e com as restantes Câmaras do Alentejo, decidiu-se que as Câmaras deveriam avançar em conjunto. Referiu o vereador que a empresa que está a tratar deste Plano, (empresa Consulmar) indicada pela Região de Turismo, fez os Planos de uma forma que até hoje ainda não conseguiu perceber, ou seja, eram-lhe fornecidos elementos para proceder a alterações, que acabavam por não corresponder ao que se pretendia. Acrescentou o vereador que se foi apercebendo destas situações no decorrer das reuniões e foi então verificar alguns Planos, nomeadamente o da Vila de Borba, tendo constatado que as sinalizações não estavam efectivamente nos sítios que se pretendiam. Informou que, em conjunto com a técnica fez um levantamento de algumas situações que mereciam alguma alteração e, propôs através de ofício à Região de Turismo se poderia fazer pequenas correcções, que depois de verificadas também não correspondiam ao que se tinha pedido, e foi assim que este processo se foi alargando.-----

Agora, segundo a Região de Turismo para que os Planos possam ser candidatados e concursados, é necessária a aprovação da Câmara.-----

Acrescentou o vereador que este processo não foi conduzido da melhor forma, e ele mesmo já o transmitiu à RTE. Informou que a Câmara elaborou uma proposta e, em Novembro, pediu uma reunião com a Empresa Consulmar e a RTE para em conjunto poderem analisar essa proposta e para que a mesma se pudesse introduzir, contudo essa reunião não aconteceu, e agora vêm pedir a aprovação das Câmaras para poderem candidatar os Planos. Referiu que esta situação não está a acontecer só com a Câmara de Borba mas também com outras Câmaras do Alentejo. Realçou o vereador que esta é uma situação um pouco complicada porque ao fim e ao cabo não tem nenhum Plano para apresentar. O que a RTE diz é que depois desta aprovação irão ter lugar reuniões parciais entre a Consulmar, a RTE e as Câmaras Municipais para se acertarem todos estes pequenos pormenores que, em seu entender, deveriam ter acontecido antes, pois facilitaria muito trabalho.-----

Informou ainda que depois da proposta elaborada, que poderá ainda sofrer algumas alterações, chegou-se à conclusão da quantidade de sinais que seriam necessários para o concelho, mediante as peças desenhadas que

foram elaboradas na Câmara Municipal. Informou também que Rio de Moinhos e Nora nem sequer estavam equacionados neste Plano, estava apenas equacionado Barro Branco, Orada e Vila de Borba. Fez-se então o Plano para Rio de Moinhos e Nora mediante proposta de Câmara.-----

Para todos os presentes compreenderem melhor o tipo de falhas, que tem havido por parte da empresa, o vereador através da própria planta exemplificou o caso do Forno da Orada, cuja sinalização não está bem localizada, e todos os erros são mais ou menos deste tipo.-----

O vereador rematou, referindo que esta proposta de aprovação é com algumas condicionantes tendo em conta o que foi referenciado no ofício nº.3880, de 20 de Novembro de 2002 da Câmara Municipal de Borba.-----

Ouvidos todos os esclarecimentos prestados pelo vereador Humberto Ratado, o vereador João Proença, referiu que se todas as questões forem do tipo das que o vereador Humberto exemplificou (Forno da Orada) a situação não é muito problemática, na medida que a candidatura é para a aquisição de placas, etc.. Os piores problemas são efectivamente quando faltam placas ou outros componentes. Compreende que este é um trabalho que mesmo quando estiver concluído carece de actualização permanente. A título de exemplo referiu: a “Rota dos Vinhos”, que quando a sinalização foi colocada já nem existia a Adega do Policarpo.-----

Esclarecido todo o processo, a proposta foi colocada à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o Programa Preliminar respectivo, encontrando-se o mesmo em condições de ser concursado e candidatado pela Região de Turismo aos mecanismos de apoio financeiro adequados. O Programa agora aprovado deverá em fase de obra ser revisto em alguns pormenores, designadamente no que diz respeito a ajustamentos na localização definitiva dos sinais, bem como no que toca à distribuição de placas por sinal, em alteração ao exposto no ofício nº.3880, de 20 de Novembro de 2002, enviado pela Câmara Municipal de Borba à Região de Turismo de Évora.-----

Ponto 2.6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício da Direcção Regional de Educação do Alentejo – Coordenadora Concelhia de Educação Recorrente, solicitando apoio financeiro para as actividades de Educação e Formação de Adultos neste concelho, para fazer face a despesas correntes, tais como, aquisição de materiais de desgaste rápido.-----

Analisado pedido, foi deliberado por unanimidade, atribuir um subsídio até ao valor máximo de 125 Euros mensais, mediante a apresentação de documentos de despesas durante o respectivo calendário escolar.-----

Ponto 2.7 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO MONTE – DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE-----

Previamente distribuído por todo o executivo, está presente o Protocolo a estabelecer, no âmbito do Programa Iniciativa Comunitária EQUAL, entre a Câmara Municipal de Borba e a Parceria de Desenvolvimento Artesanato XXI, composta pelos parceiros: Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE; Ciranda – Associação de Artesãos e Artistas Plásticos da Região de Montemor-o-Novo; ADMC – Associação de Desenvolvimento Montes Claros; ALIENDE – Associação de Desenvolvimento Local; CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato, TEAR – Associação Regional de Artistas Plásticos e Artesãos; Universidade de Évora e Câmara Municipal de Arraiolos, que tem como objectivo promover a valorização da actividade de artesão e por objectivo específico a concepção e implementação de uma estratégia de marketing para a profissão de artesão, orientada para os jovens, pretendendo assim, promover a empregabilidade do sector.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o respectivo Protocolo, que depois de assinado ficará cópia anexa a esta acta.-----

O Sr. Presidente não participou na discussão nem na deliberação deste protocolo.-----

Ponto 2.8 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA-----

O Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada foi apreciado e discutido em reunião de Câmara de dia 11 de Dezembro/02, e posteriormente remetido à aprovação da Assembleia Municipal. Foram então sugeridas por este Órgão Deliberativo algumas propostas de alteração ao referido Regulamento, no sentido do seu melhoramento, que já foram introduzidas.-----

Assim, previamente distribuído por todo o executivo, está presente a proposta de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, cuja aprovação se propõe.-----

Perante a proposta apresentada, o vereador eleito pela CDU, João Proença, perguntou se foi feita alguma reflexão sobre a proposta inicial para zonas de estacionamento de duração limitada, e se as houve gostaria que fossem anunciadas.-----

O Sr. Presidente esclareceu que esta questão levantava alguma confusão, mas foi melhor equacionada e todas as zonas de estacionamento de duração limitada vão ter uma parte que é paga e outra parte que não é paga. Isto porque, uma das questões que era colocada era a questão dos dísticos dos residentes. Por isso, a questão foi melhor equacionada e por exemplo, na Av. do Povo (estacionamentos em frente ao Café Cágio) daí para a frente vão ficar isentos de pagamento. Outro exemplo: Rua Marquês de Marialva, a partir do Paço no sentido de quem desce está previsto pagar-se, no sentido inverso está previsto não se pagar. Referiu ainda o Sr. Presidente que foi neste sentido, que se tentou melhorar, embora compreenda que vai ser uma questão complicada.-----

Na opinião do vereador eleito pela CDU, João Proença, este regulamento está ainda muito incompleto, e seria necessário que fosse melhor ponderado. Verificou que aparece o nome de uma empresa concessionária. Informou o Sr. Presidente que esta questão da empresa não trás nada de problemático. As empresas funcionam mediante protocolos, e à partida não está previsto nenhum investimento para a Câmara, ou sejam, os parómetros são instalados e a Câmara vai amortizando ao longo dos anos de acordo com as receitas que vai obtendo, por isso implica que tenha que haver uma concessão com a empresa.-----

O comentário do vereador João Proença: o trânsito tem que ser disciplinado, o recurso a empresas da especialidade é útil, por parte da Câmara. Todas estas intenções são louváveis e de apoiar. Discorda da forma como o processo está a ser iniciado, porque normalmente este tipo de questões, inicia-se com um levantamento da situação real, saber o que existe em cada área que tenha que ver com a situação e com o trânsito, e depois tomar as medidas adequadas.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que com o conhecimento que todos têm da vila, neste caso concreto, sobre os problemas do trânsito, é fácil obter esse levantamento da situação real da vila.-----

Analisada e discutida a proposta de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, e conforme estipulado na alínea a) do nº.6 do artº.64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal deliberou por maioria**, (com três votos a favor e duas abstenções) submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 2.9 – ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS/2003-----

Previamente distribuída por todos os presentes, esteve presente a proposta de alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003, cuja

aprovação se propôs.-----
Usou da palavra o vereador João Proença referindo, que não estava à espera que lhe fosse apresentada uma proposta de alteração tão modificada em relação à proposta inicial. Contudo, entende que deveria ser ainda mais reflectida e aprofundada, pois é uma matéria que merece mais reflexão. Disse não ter tido oportunidade para fazer uma avaliação sobre o que esta alteração irá resultar para a Câmara e para os munícipes, pois recebeu os documentos ontem à tarde, mas é de facto uma proposta bastante diferente da anterior. Também não sabe o que se passa com a análise desta tabela para em tão pouco tempo ter havido alterações tão significativas como esta. É possível que esta proposta seja mais favorável que a anterior. Disse que a CDU fez um comunicado que distribuiu à população, e, agora, poderá ficar ainda mais convicto de que a CDU tinha razão, pois posteriormente a esse comunicado surgiu esta alteração.-----
Interveio o Sr. Presidente frisando que em nada esta alteração teve que ver com o comunicado lançado pela CDU, pois o mesmo referia precisamente o contrário do que está aqui a ser proposto, ou seja: O comunicado referia que o consumidor que menos ganha é aquele que mais paga. Realçou então o Sr. Presidente que não era assim e continua a não ser assim, daí não ter percebido o comunicado. Na presente proposta o que continua a prevalecer é que quem menos consumir é quem menos ganha e é quem menos paga.--
É uma matéria que carece de mais aprofundamento, mas desde que vá no sentido de moralizar e de fazer pagar a todos aquilo que aqui foi dito, é sempre bem feito porque todos devem pagar.-----
Analisada e discutida a proposta de alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003, e conforme estipulado na alínea a) do nº.6 do artº.64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal deliberou, por maioria** (com três votos a favor por parte dos eleitos do PS e duas abstenções por parte dos eleitos da CDU) submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 2.10 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS-----

Esteve presente a proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Águas, que deverá ser discutido e analisado. O Sr. Presidente esclareceu que esta proposta, comparada com o regulamento existente, contempla apenas a seguinte alteração: onde consta taxa de aluguer de contador irá ser substituído por: taxa de quota de

disponibilidade mensal. É esta a única alteração que esta proposta contempla.-----

Conforme estipulado na alínea a) do nº.6 do artº.64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **foi deliberado, por unanimidade**, submeter à referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 2.11 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Orada – Pedido de Parecer-----

Presente ofício da Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Orada, solicitando parecer fundamentado referente à actividade da Associação, para efeitos de concessão de declaração de Utilidade Pública nos termos do Dec-Lei nº.460/77, de 7 de Novembro, que lhe foi solicitado pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.-----

Tendo em conta todo o trabalho desempenhado pela referida Associação, considerado de grande relevância para a Saúde Pública, a Câmara Municipal de Borba, **deliberou, por unanimidade**, emitir o parecer que se anexa.-----

Actividades dos eleitos:-----

O Senhor Presidente iniciou este ponto, começando por referir as reuniões em que participou desde a última reunião de Câmara.-----

- Reunião com a equipa da Escola Prática de Engenharia de Tancos. Está a ser equacionada a hipótese de uma intervenção desta Escola nos caminhos da UNOR, o que vai permitir novas acessibilidades de caminhos rurais.-----
- Reunião na Associação de Municípios de Évora, onde se falou nas Novas Competências que foram delegadas dos Governos Cívicos nas Câmaras Municipais.-----
- Reunião na CCRA, que tem estado a ouvir as Câmaras, no sentido de fazer o ponto da situação de cada Câmara sobre o que as Câmaras estão interessadas em fazer até ao final do Quadro Comunitário de Apoio. Verificou que, sempre que um Presidente de Câmara referia que pretendia fazer esta ou aquela obra, a resposta era sempre no sentido de fazer só em 2004 ou 2005, daí ter ficado com a percepção que irão cortar tudo o que for obras, mas os presidentes foram insistindo que pretendiam fazer estas e aquelas obras, por isso o

melhor é esperar para ver. Contudo, na sua opinião, pensa que Borba a este nível poderá estar bem posicionada, porque falta-lhe uma série de infraestruturas que são consideradas básicas. A título de exemplo referiu: o Cine – Teatro, as Piscinas, o Pavilhão Multiusos.-----

- Reunião com o Director do BES. Está a equacionar-se a hipótese de se criar um incentivo para as empresas: Projecto denominado FAME – Fundo de Apoio às Médias Empresas, em que há uma participação da Câmara e outra do BES de igual montante. Trata-se de um trabalho conjunto entre a Câmara, a ADRAL e o BES. Informou que foi feita já uma experiência desta em Vendas Novas, e foi assinado também um Protocolo na Câmara de Ferreira do Alentejo. Referiu que a Câmara de Borba está a equacionar também esta hipótese, e quer o BES quer a Câmara disponibilizariam 10.000 contos cada, totalizando 20.000 contos/ano. Depois terá que se decidir as prioridades a candidatar. Exemplificou: um ano poderá decidir-se pelos restaurantes a candidatar-se, outro ano pelas empresa Agrícolas, etc. Poderá ser uma possibilidade que as pessoas têm de complementar algumas candidaturas, por exemplo, no caso da agricultura: a candidatura ao FEOGA, em que há sempre uma participação do agricultor.-----
- Reunião com uma responsável do IPA – Instituto do Património Arqueológico da Delegação do Crato. O Sr. Presidente informou que esta reunião surgiu na sequência de uma carta que o IPA recebeu da arqueóloga que trabalhou na Câmara, denunciando que se estava a abrir uma Rua na Cerca e que se estava a construir o Cartório junto à vila da Cerca sem acompanhamento arqueológico. Informou ainda que a responsável do IPA lhe telefonou, deslocou-se a Borba e foram ao local, ver a tal Rua da Cerca e o Cartório. Referiu o Sr. Presidente que a questão se clarificou, mas ficou sem perceber a atitude da arqueóloga. Esclareceu a situação à responsável do IPA e aproveitou para lhe colocara a hipótese de avançar com a questão do Pavilhão Multiusos e o Parque de Feiras (na Horta dos Pelomes). Estiveram também na zona das escavações arqueológicas, e está a equacionar-se a hipótese de abrir uma estrada, ao lado destas escavações, com saída para a estrada de Elvas, para permitir um maior escoamento da zona da Cerca. Para tal é necessário a abertura de mais algumas escavações arqueológicas. Na opinião da responsável do IPA, certamente não levantarão qualquer tipo de problemas, até porque considerou que coisas de maior importância já foram fotografadas, desenhadas e tapadas. Informou ainda o Sr. Presidente que a arqueóloga que esteve no GTL reclamou a Direcção Científica da Obra. Esclareceu que a Direcção Científica da Obra só

se tem quando o arqueólogo é contratado para realizar um determinado trabalho, e no caso de abandonar fica sem direito a essa Direcção Científica. Aqui não foi o caso, ou seja, a arqueóloga era funcionária do GTL terminou o contrato por isso acabou.-----

- Reunião do Conselho de Administração da AMDE. Entre vários assuntos, o mais importante foi efectivamente o da situação dramática em que se vai encontrando a AMDE, porque as Câmaras não pagam. As únicas Câmaras que têm os pagamentos mais ou menos em dia são as de Arraiolos, Borba, Mora e Redondo.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas ao seu pelouro:-----

- Continuação das obras no loteamento do Forno-----
- Arranjo paisagístico na envolvência da Igreja de S. Sebastião e execução de infraestruturas de águas pluviais e rede eléctrica.-----
- Urbanização da Cerca – abertura de arruamentos e preparação de passeios para calcetamento.-----
- Rio de Moinhos – melhoramentos na Ferrenha, estando já encetados contactos para ser retirada a curva e se proceder ao alargamento da via.-----
- Orada – Reparação dos muros da Escola e construção de um portão. Abertura de rua para o loteamento – aplicação de lancil para novos passeios.-----
- Reparação e manutenção de caminhos rurais.-----
- Reparação do caminho provisório de acesso à Estação de Transferência de Resíduos Sólidos, tendo em vista o seu funcionamento o mais breve possível.-----
- Foi efectuado o corte de árvores no Jardim Municipal por se encontrarem bastante deterioradas e caírem pernadas de grande porte com frequência, conforme aconteceu o último inverno. Também há três anos, três árvores partiram-se pelo meio do tronco conforme se pode verificar no local, o que era um perigo para a segurança das pessoas.-----

O Vereador Humberto Ratado prestou as seguintes informações relativas ao seu pelouro:-----

- Reunião com a Fundação Calouste Gulbenkian sobre a doação do espólio da Biblioteca à Câmara Municipal de Borba. Desta forma todos os custos e responsabilidades passarão para a Câmara.-----

- Reunião com as Associações e Colectividades do Município com o objectivo de renovação dos Protocolos e outros assuntos de interesse.-----
- Preparação do II Duatlo de Borba.-----
- Apoio à Conferência sobre as Igrejas de S. Bartolomeu e Matriz, que decorreu no Celeiro da Cultura.-----

O vereador João Proença, colocou as seguintes questões:-----

- Relativamente ao corte dos Plátanos do Jardim Municipal, perguntou se houve alguma recomendação técnica que tivesse dado origem a tal corte, ou foi da responsabilidade do vereador Artur Pombeiro, tendo por este sido respondido que existe uma técnica responsável, e dado o estado de deterioração das árvores a as pernas que vinham caindo, foi decido proceder ao corte.-----

Referiu o vereador João Proença que, já assistiu a cortes idênticos que hoje estão recuperados, no entanto, esta questão poderá ter que ver com climas ou outros dados técnicos que ele desconheça, por isso considera que os eleitos em maioria deveriam ter um certo cuidado e até alguma protecção quando entram em questões deste tipo.-----

O Sr. Presidente referiu que certamente para muitas pessoas quando deparam com as árvores cortadas, a impressão com que ficam não será a melhor, porque também ele ficou surpreendido. Contudo, estão perante uma questão que tinha que ser resolvida, porque o estado em que as árvores se encontravam estavam sujeitos a que o pior pudesse acontecer, e aí o responsável, não seriam os técnicos que são da opinião, ou não, que as árvores se cortem, seria sim o Presidente ou o Vereador.-----

- Outra questão colocada pelo vereador João Proença: uma entrevista que o Sr. Presidente deu ao Jornal Terras Brancas. Considera, o vereador, que nessa entrevista o Sr. Presidente tratou indecentemente os vereadores da CDU a propósito do comunicado, lançado pela CDU, sobre o aumento das tarifas de água, dizendo tudo o que lhe apetece sobre o comunicado sem informar os leitores qual é a posição da CDU. Considera que questões como esta só servem para desprestigiar esta Câmara e os seus eleitos, e com coisas destas não se chega a lado nenhum. Por isso, deixa aqui expresso o seu protesto.-----

O Sr. Presidente esclareceu que, não deu nenhuma entrevista, ou seja, quando saiu o comunicado foi-lhe feita uma entrevista radiofónica e, aquilo que disse, volta hoje aqui a repetir que o comunicado da forma com estava feito é uma vergonha porque, não corresponde à verdade e, em sua opinião é baixa política. Nem sequer quer admitir que qualquer dos

vereadores da CDU tenham tido participação activa na elaboração activa do comunicado.-----

- Por último, o vereador João Proença, após ter consultado os processos de obras particulares que constavam da listagem entregue no início da reunião, chamou a atenção do Sr. Presidente e dos outros dois vereadores a verificarem também os processos e confrontá-los com a informação que é dada na referida listagem pois, no seu entender, alguma coisa não está correcta.-----

No que concerne à chamada de atenção, feita pelo vereador João Proença, o vereador Artur Pombeiro apenas lembrou que quem elabora as listagens são os técnicos, por isso a informação é dada por eles. Lembrou ainda que estes técnicos foram admitidos pelo anterior executivo e, que, certamente mereciam a sua confiança tal como, hoje, merecem a dele.-----

Ainda neste ponto da Ordem do Dia, o vereador Humberto Ratado distribuiu pelo executivo o livro “A Fonte das Bicas” e informou que está a pensar-se numa data para se proceder ao seu lançamento com o autor, Dr. João Simões, e quando essa data estiver definida será dado conhecimento ao restante executivo.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por dezoito páginas que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----